7.8. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme dispõe o art. 131, parágrafo único, da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Caberá ao CONTRATANTE além das obrigações previstas no AVISO e no Termo de referência:

8.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s);

8.1.2. Recusar com a devida justificativa qualquer produto fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

8.1.3. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

8.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos equipamentos.

8.2. Caberá à CONTRATADA, além das obrigações previstas no contrato e no Termo de referência:

8.2.1. Fornecer o objeto do contrato, em conformidade com o Termo de referência, e de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº 14.133/2021;

8.2.2. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista previdenciária, comercial, fiscal, e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a entrega dos serviços objeto do contrato;

8.2.3. Emitir a Nota Fiscal de Fornecimento fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela Contratante, e o lote e número de processo de contratação.

8.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, relacionados com as especificações dos serviços;

8.2.4. Entregar nos locais determinados pelo CONTRATANTE na(s) Ordem(ns) de fornecimento, os equipamentos objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de execução estabelecido;

8.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

8.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

8.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

8.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

8.2.9. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.10. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

8.2.11. Substituir os equipamentos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido no Termo de referência, sem ônus para a CONTRATANTE;

8.2.12. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega dos equipamentos, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei n° 14.133/2021, referentes ao capítulo "I – Das infrações e Sanções Administrativas".

9.2. O contratado poderá ser penalizado, conforme determina o art. 155 da Lei n° 14.133/2021:

9.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

FLS. Nº 76
Rubrica

9.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n°12.846, de 1/ de agosto de 2013.

9.3. Poderão ser aplicadas ao contrato as seguintes sanções, conforme determina o art. 156 da Lei n° 14.133/2021:

9.3.1. Advertência;

9.3.2. Multa;

9.3.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na hipótese da infração mencionada no item 9.2, subitem "9.2.1", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme determina o art. 156, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.

9.6. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações mencionadas no item 9.2 e, a critério da administração, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme determina o art. 156, § 3°, da Lei n° 14.133/2021.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses das infrações da Lei n° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e

FLS. Nº 77
Rubrica

impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme determina o art. 156, § 4°, da Lei n° 14.133/2021.

9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, conforme determina o art. 156, § 7°, da Lei n° 14.133/2021.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da persa desse valor, a diferença será descontada a garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme determina o art. 156, § 8°, da Lei n° 14.133/2021.

9.10. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme determina o art. 156, § 9° da Lei n° 14.133/2021.

9.11. Da possibilidade de defesa:

9.11.1. Na aplicação da pena de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme determina o art. 157 da Lei n° 14.133/2021.

9.11.2. Na aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme determina o art. 158 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme determina o art. 117 da Lei n° 14.133/2021.

10.2. O fiscal Fiscal do Contrato Sr(a) _____, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a

FLS. Nº 78
Rubrica

regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme determina o art. 117, § 1°, da Lei n° 14.133/2021.

10.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme determina o art. 117, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.

10.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante, conforme determina o art. 120 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. A extinção do presente instrumento de contrato dar-se-á de acordo com os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal n°. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Instrumento é regido pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021, pelos preceitos de direito público, lhe aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULADÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA

14.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coelho Neto- MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na preste ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

FLS. Nº 79
Rubrica

Duque Bacelar (MA), _____ de _____ de 2026.

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

ANEXO IV - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS.

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Dispensa de Licitação nº **/20__ – que a empresa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e da Lei Federal nº 14.133/21, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de Setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;

2 - Não está impedida de contratar com a Administração Pública;

3 - Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

4 - Não incorre nas demais condições impeditivas da lei 14.133/21.

5 - Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

_____, ... de ..... de 20__.

_____

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

Processo Administrativo Nº 015/2026

O MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR/MA, por meio da **Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, com sede na Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA, Torna-se público que realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento **menor preço global,** por meio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeadas pela Portaria nº 01/2026, da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma. Fundamento legal na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Resolução nº 004-2023 e demais legislação aplicável.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas via e-mail no endereço eletrônico: **camaramunicipaldeduquebacelar@gmail.com, a partir das 08:00hrs do dia 17/03/2026 até as 23:59hrs do dia 19/03/2026.** eventuais esclarecimentos através do e-mail: **camaramunicipaldeduquebacelar@gmail.com** e telefone (98) 98499-2219.

OBJETO:

Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma.

Duque Bacelar-MA, 16 de março de 2026.

Antônio Fernando Oliveira
Presidente da Câmara Municipal

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 01/2026

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 01/2026

Dispõe sobre o adiantamento da 29ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR, Estado do Maranhão, **ANTONIO FERNANDO OLIVEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, especialmente no exercício da gestão administrativa da Casa Legislativa,

CONSIDERANDO que a próxima Sessão Ordinária desta Casa Legislativa estava designada para o dia 19 de março de 2026;
CONSIDERANDO que a referida data corresponde a feriado municipal em razão das comemorações alusivas ao padroeiro da cidade, São José;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regularidade dos trabalhos legislativos e a continuidade das atividades parlamentares;
RESOLVE:

Art. 1º Fica adiantada a 29ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, REGIMELTAMENTE prevista para o dia 19 de março de 2026, para o dia 18 de março de 2026, horário regimental, no plenário desta Casa Legislativa.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições relativas à realização da sessão.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, em 16 de março de 2025.

ANTONIO FERNANDO OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA

Identificador: 3575-2c470e2f956be0e8eaa122e0479263dc376fc090

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

Processo Administrativo Nº 014/2026

O MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR/MA, por meio da **Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA**, inscrita no CNPJ sob o n° 07.740.442/0001-13, com sede na Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA, Torna-se público que realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento **menor preço global,** por meio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeadas pela Portaria nº 01/2025, da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma. Fundamento legal na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Resolução nº 004-2023 e demais legislação aplicável.
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas via e-mail no endereço eletrônico: camaramunicipaldeduquebacelar@gmail.com, **a partir das 08:00hrs do dia 17/03/2026** até **as 23:59hrs do dia 19/03/2026.**
eventuais esclarecimentos através do e-mail: camaramunicipaldeduquebacelar@gmail.com e telefone (98) 98499-2219.
OBJETO:
Contratação de empresa especializada em fornecimento de gêneros alimentício de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma.
Duque Bacelar-Ma, 16 de março de 2026.

Antônio Fernando Oliveira
Presidente da Câmara Municipal

Identificador: 3575-ff90686f9103b12c2c7b800e3b5c33e28aa515dc

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

Processo Administrativo Nº 015/2026

O MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR/MA, por meio da **Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA**, inscrita no CNPJ sob o n° 07.740.442/0001-13, com sede na Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA, Torna-se público que realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento **menor preço global,** por meio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeadas pela Portaria nº 01/2025, da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-Ma. Fundamento legal na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Resolução nº 004-2023 e demais legislação aplicável.
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas via e-mail no endereço eletrônico: camaramunicipaldeduquebacelar@gmail.com, **a partir das 08:00hrs do dia 17/03/2026** até **as 23:59hrs do dia 19/03/2026.**
eventuais esclarecimentos através do e-mail: camaramunicipaldeduquebacelar@gmail.com e telefone (98) 98499-2219.
OBJETO:
Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma.
Duque Bacelar-Ma, 16 de março de 2026.

Antônio Fernando Oliveira
Presidente da Câmara Municipal

Identificador: 3575-3dfe68c5ddcd6c8a2d96875c24ad8377b4704894

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

AVISO DE CONTRATAÇÃO

16 DE MARÇO DE 2026

FLS. Nº 84
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA EMPRESA MENOR VALOR

17/03/2026 até as 23:59hrs do dia 19/03/2026

Fazer print do email de envio

FLS. Nº 85
Rubrica

À

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA

Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: SYRAH COMÉRCIO LTDA **CNPJ/CPF:** 60.425.466/0001-60

ENDEREÇO: RUA SÃO JUDAS TADEU – SN – LOJA B – CENTRO – DUQUE BACELAR - MA

E-MAIL: SYRAHDBMA@GMAIL.COM **TELEFONE**: (98) 9 8560-0570

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO MERCADO PAGO - AGÊNCIA: 0001 - C/C: 23640650587

2. DADOS DO MATERIAL/SERVIÇO VALOR VALOR

Valor total: R$ 45.043,07 (quarenta e cinco mil quarenta e três reais e sete centavos)

Informações relevantes da proposta:

1. O presente orçamento tem validade de 60 (sessenta) dias;
2. O Prazo de entrega/execução é de acordo com o Termo de Referência;
3. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) e frete, se for o caso;
4. Declaro conhecimento do Termo de Referência e que possuo condições de execução do objeto;

Duque Bacelar/MA, 18 de março de 2026.

JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS:91622620330

Assinado de forma digital por JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS:91622620330
Dados: 2026.03.17 20:20:58 -03'00'

João Francisco Silva dos Santos

FLS. Nº 86
Rubrica

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DISPENSA: 06/2026

CLIENTE: CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QUANT	V. UNIT	V.TOTAL
1	MICROCOMPUTADOR COMPLETO (GABINETE, MONITOR, TECLADO E MOUSE) PROCESSADOR INTEL (R) CORE (TM I5), MÍNIMO 12TH GEN OU INTEL CORE (TM I7), MÍNIMO 10TH GEN OU INTEL CORE (TM I9), MÍNIMO 10TH GEN SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO, 64 BITS. SSD MINIMO 240 GB, MEMORIA RAM MINIMO 8GB. MODELO REFERENCIA DO COMPUTADOR HOMOLOGADO PELA PCMG: DELL OPTIPLEX 7090. MONITOR: MODELOS REFERENCIA DO HOMOLOGADO PELA PCMG: MONITOR DELL 23.8 S2421HN OU LG 23.8 24BH650U (OU SIMILAR COMPATIVEL COM DESKTOP). **Computadores i7 8 gb 256 c/monitor 17, teclado e mouse**	Unid	2	R$ 7.075,00	R$ 14.150,00
2	Ar condicionado Elgin 12000 BBTUs inverter serpentina de cobre	Unid	1	R$ 3.530,02	R$ 3.530,02
3	GELADEIRA REFRIGERADOR - CAPACIDADE MINIMA DE 280 LITROS, VERTICAL, ALIMENTACAO AUTOMATICA BIVOLT 110/220V EFICIENCIA ENERGETICA CATEGORIA A OU B. COR: BRANCA.	Unid	1	R$ 2.870,97	R$ 2.870,97
4	Tv smart 70 polegadas	Unid	1	R$ 5.818,89	R$ 5.818,89
5	Cadeiras com rodízios presidente couro sintético	Unid	9	R$ 799,50	R$ 7.195,50
6	Mesas Biro 1.20 c 2 gavetas	Unid	2	R$ 643,65	R$ 1.287,30
7	armário de aço, pintado, cor cinza, 02 portas, 04 prateleiras, 1,98mx1,04x0,50, 70kg por prateleira, chapa de aço 26.	Unid	2	R$ 1.218,38	R$ 2.436,76
8	Mesa birô em L para escritório	Unid	1	R$ 999,87	R$ 999,87
9	Cadeiras secretaria c/rodízio	Unid	2	R$ 549,15	R$ 1.658,33
10	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK TANQUE DE TINTA COLORIDA, WI-FI DIRECT, ETHERNET, FRENTE E VERSO AUTOMATICO, ADF, BIVOLT, PRETO. -Impressoras jato tinta 3250 ou superior	Unid	2	R$ 1.723,20	R$ 1.098,30
11	MESA EXECUTIVA PARA REUNIÃO - tampa em MDF de 25 mm acabamento: usinado medidas: 200 X 100 X 73mm. mesa MDF 2 m	Unid	1	R$ 1.658,33	R$ 3.446,40
12	FRITADEIRA AIR FRYER: material estrutura: aço inoxidável, potência:1900 KW, tensão alimentação:bivolt,capacidade mínima: 5,0L, Características adicionais: tipo fryer, sem utilizar óleo. MARCA: MONDIAL OU SUPERIOR. **Air Fryer mondial**	Unid	1	R$ 550,73	R$ 550,73
				VALOR TOTAL DA PROPOSTA	**R$ 45.043,07**

JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS:91622620330

Assinado de forma digital por JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS:91622620330 Dados: 2026.03.17 20:18:24 -03'00'

Rua São Judas Tadeu – SN – Centro – Duque Bacelar – MA – CEP 65.625-000
CNPJ: 60.425.466/0001-60 – I.E: 129025763 – I.M: 20
E-mail: syrahdbma@gmail.com – Fone: (98) 9 8400-4706

FLS. Nº 87
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA. **20 de março de 2026.**

À empresa

SOCIAL: SYRAH COMÉRCIO LTDA **CNPJ/CPF:** 60.425.466/0001-60
ENDEREÇO: Rua São Judas Tadeu – SN – Loja B – Centro – Duque Bacelar/ Ma.
E-MAIL: syrahdbma@gmail.com **TELEFONE:** 98 9819225225

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

Prezado senhor,

Em cumprimento do aviso de Dispensa de Licitação nº 06/2026 item:

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1. Encerrada o prazo para o envio das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

Solicitamos o envio da documentação de habilitação para os seguintes itens:

9.4.1. Habilitação Jurídica:

9.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; **OU**

9.4.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; **OU**

9.4.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; **OU**

9.4.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.5. Documentos pessoais dos sócios (RG e CPF)

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

9.4.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

9.4.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** (CNPJ) atualizado;

9.4.2.2. prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.2.3. prova de **regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** (FGTS);

9.4.2.4. prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.4.2.5. prova de **regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.6. prova de **regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.7. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

9.4.2.8. a **inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3. Qualificação Econômico-financeira:

9.4.3.1. certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

9.4.4. Habilitação técnica:

9.4.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.4.5. O fornecedor enquadrado com microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.6. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Atenciosamente,

Antônio Fernando Oliveira

Antônio Fernando Oliveira
Presidente da Câmara Municipal

ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL 60.425.466 GUILHERME SILVA VASCONCELOS

Nº 90

Rubrica

GUILHERME SILVA VASCONCELOS, Brasileiro, solteiro, Empresário(a), nascido(a) em 29/05/2006 n° do CPF 077.099.283-82, Carteira de identidade (RG/CIN): 7709928382 SSP- MA, residente e domiciliado na cidade de Miguel Alves – PI, AVENIDA MARCOS FURTADO, 2498, ANGILIM, CEP: 64.130-000, Resolve, alterar a empresa individual, que gira sob nome empresarial **60.425.466 GUILHERME SILVA VASCONCELOS**, com sede na RUA SAO JUDAS TADEU, SN, LOJA B, CENTRO CEP: 65.625-000 Duque Bacelar – MA, com registro na JUCEMA sob nº 218.0395503-8 arquivada e inscrita no CNPJ: 60.425.466/0001-60, transforma o seu registro de EMPRESÁRIO INDIVIDUAL em Sociedade Empresária limitada unipessoal, uma vez que admite, neste ato, JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS, Brasileiro, solteiro, Empresário, nascido(a) em 05/07/1981 n° do CPF 916.226.203-30, Carteira de Identidade (RG/CIN):91622620330 SSP-MA, residente e domiciliado na cidade de Duque Bacelar - MA, RUA SERRADOR, SN, ALTO BONITO CEP: 65.625-000, nos termos e condições a seguir, sendo que a sociedade ora constituída assumirá e se responsabilizará pelo ativo e passivo da Empresa Individual ora transformada:

Cláusula I - Fica transformada a Empresa Individual, já qualificada, em SOCIEDADE LIMITADA, passando a adotar como nome empresarial a denominação social de **SYRAH COMERCIO LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

Cláusula II - Retira-se o sócio GUILHERME SILVA VASCONCELOS, que cede e transferi sua participação na sociedade no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), ao socio JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS, dando total e irrevogável quitação.

Cláusula III - O capital social que é de R$ R$ 70.000,00 (Setenta mil reais) passa a ser R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), dividido em 200000 (mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente do país. Passando a constituir do capital da empresa transformada.
Em decorrência do aumento de capital social, este fica assim distribuído.

Nome do Sócio	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS	200000	200.000,00	100,00
TOTAL:	200000	200.000,00	100,00

Cláusula IV – As atividades passam a ser: 4713-0/04 Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (duty free) 4713-0/02 Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos

FLS Nº 93
Rubrica

recreativos 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 4721-1/04 Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 4761-0/03 Comércio varejista de artigos de papelaria 4755-5/02 Comercio varejista de artigos de armarinho 4755-5/03 Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho 4723-7/00 Comércio varejista de bebidas 7733-1/00: Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios 4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários.

Cláusula V – A administração da sociedade caberá ao sócio JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS, com os poderes e atribuições de sócio administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Cláusula VI - O Administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade por Lei Especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula VII - O Sócio(a) declara que a empresa é reenquadrada de Micro Empresa – ME para Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC nº 123, de 2006).

Para tanto, firma nesta mesma data, em ato contínuo, o contrato social da sociedade limitada por transformação:

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, Empresário, nascido(a) em 05/07/1981 n° do CPF 916.226.203-30, Carteira de Identidade (RG/CIN):91622620330 SSP-MA, residente e domiciliado na cidade de Duque Bacelar - MA, RUA SERRADOR, SN, ALTO BONITO CEP: 65.625-000. Resolve, constituir uma sociedade limitada, mediante as condições e cláusulas seguintes.

ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL 60.425.466 GUILHERME SILVA VASCONCELOS

FLS. Nº 92

Rubrica

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade gira como nome empresarial: **SYRAH COMERCIO LTDA**

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)

A sociedade tem sua sede no seguinte endereço RUA SAO JUDAS TADEU, SN, LOJA B, CENTRO CEP: 65.625-000 Duque Bacelar – MA

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:

4713-0/04 Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (duty free) 4713-0/02 Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 4721-1/04 Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 4761-0/03 Comércio varejista de artigos de papelaria 4755-5/02 Comercio varejista de artigos de armarinho 4755-5/03 Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho 4723-7/00 Comércio varejista de bebidas 7733-1/00: Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios 4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários.

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)

A sociedade iniciou suas atividades em 15/04/2025 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)

O capital é de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), dividido em 200000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) em moeda corrente no País.

 Fls. Nº 93 Rubrica

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo sócio da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS	200000	200.000,00	100,00
TOTAL:	200000	200.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)

A administração da sociedade será exercida isoladamente pelo sócio JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)

Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA X - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

No caso de falecimento do sócio único, pessoa natural, a sucessão dar-se-á por alvará judicial ou na partilha, por sentença judicial ou escritura pública de partilha de bens.

FLS. Nº 94

Rubrica

CLÁUSULA XI - PORTE EMPRESARIAL

O sócio declara que a sociedade se enquadra como Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006).

CLÁUSULA XII - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Duque Bacelar - MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Duque Bacelar - MA, 22 de JANEIRO de 2026

JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS
Sócio/Administrador

GUILHERME SILVA VASCONCELOS
Sócio retirante

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SYRAH COMERCIO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
07709928382	GUILHERME SILVA VASCONCELOS
91622620330	JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2026 16:01 SOB Nº 21201830849.
PROTOCOLO: 260081272 DE 22/01/2026.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12601408542. CNPJ DA SEDE: 60425466000160.
NIRE: 21201830849. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/01/2026.
SYRAH COMERCIO LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FLS. Nº 96
Rubrica

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
60.425.466/0001-60 **MATRIZ**		**15/04/2025**

NOME EMPRESARIAL
SYRAH COMERCIO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.13-0-04 - Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (Duty free)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.13-0-02 - Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines
47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios
47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho
47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO JUDAS TADEU	**SN**	**LOJA B**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.625-000	**CENTRO**	**DUQUE BACELAR**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SYRAHDBMA@GMAIL.COM	**(86) 9420-4747**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/04/2025**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/01/2026** às **16:46:42** (data e hora de Brasília).

FLS. Nº 97
Rubrica

Carteira de Identidade

Compartilhado pelo aplicativo **gov.br** em 10/02/2026



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado do Maranhão
Secretaria da Segurança Pública
CARTEIRA DE IDENTIDADE

Nome / Name
JOÃO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
916.226.203-30

Sexo / Sex
M

Data de Nascimento / Date of Birth
05/07/1981

Nacionalidade / Nationality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
MIGUEL ALVES/PI

Data de Validade / Date of Expiry
21/02/2034

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature



Filiação / Filiation
MARIA DA PAZ SILVA

DEMERVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Órgão Expedidor / Card Issuer
SSP/MA

Local / Place of Issue
COELHO NETO

Data de Emissão / Issue Date
21/02/2024

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

IDBRA9162262035916226203330<<<6
8107053M3402214BRA<<<<<<<<<<<2
FRANCIS<SILVA<DOS<SANTOS<<JOAO

Título de eleitor		Tipo sanguíneo/ Fator RH
Estado civil SOLTEIRO(A)		Doador de Orgãos NÃO
Assinatura João Francisco Silva dos Santos	Certidão de Nasc/ Casamento/ Averb. Divórcio 1 149435015519821000512140025013333 FL 214 LV00051 MIGUEL ALVES - - PI - 19.01.2024	
CNH	Categoria	PIS / PASEP 00000000000
NIS	NIT	Carteira de trabalho
DNI		CNS
Observação de Saúde		

QR Code

Verifique a autenticidade da Carteira de Identidade Nacional lendo o QR code com o aplicativo Vio.

Documento de Identificação

Este documento digital pode ser utilizado para sua identificação, não sendo necessária a apresentação de documento complementar, conforme Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

FLS. Nº 98
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SYRAH COMERCIO LTDA
CNPJ: 60.425.466/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:21:03 do dia 18/03/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/09/2026.
Código de controle da certidão: **DED9.CA6E.0D19.38DC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FLS. Nº 99
Rubrica

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.425.466/0001-60
Razão Social: SYRAH COMERCIO LTDA
Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU SN LOJA B / CENTRO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:18/03/2026 a 16/04/2026

Certificação Número: 2026031811516533896704

Informação obtida em 18/03/2026 13:33:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

FLS. 100
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SYRAH COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 60.425.466/0001-60
Certidão nº: 16896102/2026
Expedição: 17/03/2026, às 19:32:23
Validade: 13/09/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SYRAH COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.425.466/0001-60, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FLS. Nº 103
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 043879/26 **Data da** 25/02/2026 14:28:14

Inscrição Estadual: 129025763 **CPF/CNPJ:** 60425466000160

Razão Social: SYRAH COMERCIO LTDA

Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU, SN LOJA B CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)94204747 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 26/05/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 17/03/2026 19:34:36

FLS. Nº 107
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 019598/26 **Data da** 25/02/2026 14:27:33

Inscrição Estadual: 129025763 **CPF/CNPJ:** 60425466000160

Razão Social: SYRAH COMERCIO LTDA

Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU, SN LOJA B CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)94204747 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 26/05/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 17/03/2026 19:35:16

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 103
Rubrica

18/03/2026 10:57:12
USUÁRIO:EMELINE

52.2

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 17/2026

AUTENTICAÇÃO:ELR2-PEXS

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que a empresa **SYRAH COMERCIO LTDA**, devidamente Inscrito sob o CNPJ **60.425.466/0001-60**, situada à **RUA SAO JUDAS TADEU, SN LOJA B CENTRO**, encontra-se quites com os tributos municipais. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **16/06/2026**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

DUQUE BACELAR-MA, 18/03/2026.

FLS. Nº 104
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 17/03/2026
Nº da certidão: 12601154705
Data de validade: 17/05/2026
Código de Validação: 3d95c95986

NOME: SYRAH COMERCIO LTDA

CNPJ: 60.425.466/0001-60

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

FLS. Nº 105
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa **SYRAH COMERCIO LTDA.**, CNPJ 60.425.466/0001-60, sita na Rua São Judas Tadeu – SN – Centro – Duque Bacelar – MA, representada por João Francisco Silva dos Santos, CPF 916.226.203-30, forneceu no ano de 2025 para esta empresa os seguintes equipamentos e móveis:

- **Armário de aço com gavetas;**
- **Cadeira secretária com rodízios;**
- **Ventilador de parede;**
- **Tv Smart 32";**

Tendo fornecido os produtos conforme pedido e prestado excelente assistência pós venda, não tendo nada que desabone a conduta da empresa.

Duque Bacelar – MA, 17 de março de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANTONIO FERREIRA DE BRITO
Data: 17/03/2026 20:16:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Antonio Ferreira de Brito
Diretor

UNIDADE EXECUTORA JOSE PEREIRA GONCALVES
Povoado Tabuleiro, S/N – Zona Rural – Duque Bacelar – MA – CEP 65.625-000
CNPJ 34.795.292/0001-18 - Fone 98 8500-9624

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa **SYRAH COMERCIO LTDA.**, CNPJ 60.425.466/0001-60, sita na Rua São Judas Tadeu – SN – Centro – Duque Bacelar – MA, representada por João Francisco Silva dos Santos, CPF 916.226.203-30, forneceu no ano de 2025 para esta empresa os seguintes equipamentos e móveis:

- **Armário de aço com 2 portas;**
- **Microcomputador Desktop;**
- **Ar Condicionado Split;**
- **Cadeira presidente com rodizios;**

Tendo fornecido os produtos conforme pedido e prestado excelente assistência pós venda, não tendo nada que desabone a conduta da empresa.

Miguel Alves - PI, 18 de março de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
LAECIO CAVALCANTE CARVALHO
Data: 18/03/2026 15:40:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Laecio Cavalcante Carvalho
Responsável

FLS. Nº 107
Rubrica

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ.

SYRAH COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ 60.425.466/0001-60, representada neste ato por João Francisco Silva dos Santos, Sócio Administrador, RG/CPF 916.226.203-30 – SSP/MA. **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Duque Bacelar – MA, 17 de março de 2026.

JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS:91622620330

Assinado de forma digital por JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS:91622620330
Dados: 2026.03.17 20:17:05 -03'00'

Rua São Judas Tadeu – SN – Centro – Duque Bacelar – MA – CEP 65.625-000
CNPJ: 60.425.466/0001-60 – I.E: 129025763 – I.M: 20
E-mail: syrahdbma@gmail.com – Fone: (98) 9 8400-4706

p>

GOVERNO DO MARANHÃO
Secretaria de Estado da Fazenda

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS
EMPRESA FÁCIL

FLS. Nº 108
Rubrica

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 129025763

Nome / Razão Social: SYRAH COMERCIO LTDA

CNPJ: 60.425.466/0001-60

Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU, SN, CENTRO, LOJA B, CEP: 65625000 no município de Duque Bacelar/

Atividade Principal: 4713-0/04 - Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (Duty free)

Atividade(s) Secundária(s) 4721-1/03 - Comércio varejista de laticínios e frios, 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria, 4763-6/01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral, 4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, 4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, 4754-7/01 - Comércio varejista de móveis, 4755-5/03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho, 4789-0/07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório, 4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos, 4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, 4713-0/02 - Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines, 4721-1/04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes, 4723-7/00 - Comércio varejista de bebidas, 4789-0/05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários, 7733-1/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório, 4755-5/02 - Comercio varejista de artigos de armarinho

São Luis, quinta, 22 de janeiro de 2026

Código de Autenticidade: **A51DAKGQ**

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Marcellus Ribeiro Alves
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

FLS. Nº 109
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/PMDB

DESPACHO

À Assessoria Jurídica
Câmara Municipal de Duque Bacelar – MA
Adv. José Diêgo Leal Sales

Senhor Assessor,

Estamos encaminhamos em anexo os autos do Processo administrativo nº. 015/2026, para exame, e aprovação dos procedimentos de Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, a deflagração por DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com o previsto no fundamenta-se no Art. 74, II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Duque Bacelar/MA, 23 de março de 2026.

Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação-PMDB

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo: nº 015/2026
Referência: Dispensa de Licitação nº 06/2026 — art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021
Fornecedora selecionada: SYRAH COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 60.425.466/0001-60
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos de mobiliário, eletrodomésticos e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Contratação direta. Dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021). Aquisição de bens permanentes. Instrução na forma do art. 72. Condução do procedimento por agente de contratação cedido pelo Poder Executivo mediante termo de cooperação técnica, preservada a competência decisória da Presidência da Câmara. Estimativa de preços com base em contratações públicas similares (art. 23, §1º, II). Divulgação de aviso para obtenção de propostas adicionais (art. 75, §3º). Habilitação comprovada. Minuta contratual conforme o art. 92. **PARECER FAVORÁVEL.**

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Secretaria Administrativa desta Casa Legislativa, com autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente, destinado à contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor, de empresa para o fornecimento de equipamentos de mobiliário, eletrodomésticos e informática, compreendendo microcomputadores, impressoras multifuncionais, condicionador de ar, refrigerador, televisor, cadeiras, mesas, armário de aço e demais itens especificados no Termo de Referência.

Instruem os autos, na ordem em que se acham autuados: termo de abertura e memorando da Secretaria Administrativa; Documento de Formalização da Demanda; despacho autorizativo da Presidência; justificativa de não elaboração do Estudo Técnico Preliminar; solicitação e relatório de pesquisa de preços; Termo de Referência; despacho do Setor Contábil com a indicação da dotação orçamentária; autorização da Presidência para a condução do procedimento pelo Agente de Contratação, com a juntada do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2025 e dos atos de designação; termo de autuação; justificativa da dispensa; aviso de dispensa de licitação, com seus anexos, e comprovante de publicação; proposta da empresa SYRAH COMÉRCIO LTDA, com a respectiva planilha; solicitação e documentos de habilitação da proponente.

Vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para controle de legalidade. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Da competência e dos limites desta manifestação

A presente análise se dá nos termos do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº 14.133/2021, que inclui o parecer jurídico entre as peças obrigatórias do processo de contratação direta.

A manifestação é de natureza opinativa e restringe-se aos aspectos jurídico-formais do procedimento. Não alcança os juízos de conveniência e oportunidade, a necessidade e o dimensionamento dos bens, a adequação técnica das especificações nem a aferição de preços e valores, matérias próprias do gestor e das unidades técnicas competentes. As informações e declarações lançadas nos autos pelos setores responsáveis são aqui tomadas como premissas fáticas, presumidas verdadeiras e de responsabilidade de quem as firmou, nos termos do art. 28 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB).

II.2 – Da condução do procedimento mediante cooperação técnica com o Poder Executivo

O procedimento foi conduzido pelo Agente de Contratação e pela equipe de apoio designados no âmbito do Poder Executivo municipal, com fundamento no Termo de Cooperação Técnica nº 001/2025, *firmado entre a Prefeitura e a Câmara Municipal de Duque Bacelar*, e mediante autorização expressa da Presidência desta Casa.

O arranjo é juridicamente admissível. A Câmara Municipal e a Prefeitura são órgãos do mesmo ente federativo, e a cooperação entre eles para o compartilhamento de estrutura técnica concretiza o princípio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), sobretudo em municípios de pequeno porte, sem prejuízo da independência dos Poderes. Essa independência está *resguardada pelo próprio instrumento, que reserva ao Presidente da Câmara a autorização privativa* das contratações, a condição de autoridade superior e a decisão final, inclusive quanto à adjudicação e à homologação, e determina que as despesas corram exclusivamente à conta das dotações do Poder Legislativo.

Assim, a atuação do Agente de Contratação cedido tem natureza operacional e instrutória, permanecendo com esta Casa a titularidade da contratação, a ordenação da despesa e a responsabilidade pelos atos decisórios.

II.3 – Do enquadramento na hipótese de dispensa do art. 75, II

O art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 autoriza a dispensa de licitação para compras e outros serviços de valor inferior ao limite legal, atualizado anualmente na forma do art. 182 — para o exercício de 2026, pelo Decreto nº 12.807/2025.

O objeto consiste na aquisição de bens permanentes de uso comum, e tanto a estimativa de despesa apurada na pesquisa de preços quanto a proposta selecionada situam-se abaixo do limite aplicável ao exercício, o que permite o enquadramento na hipótese legal.

A aferição do limite, nos termos do art. 75, §1º, considera o somatório das despesas realizadas no exercício pela unidade gestora com objetos de mesma natureza, entendidos como tais os do mesmo ramo de atividade. Esse controle compete à unidade gestora e ao Setor Contábil, cujas informações são tomadas como premissa por esta manifestação.

II.4 – Da instrução processual (art. 72 da Lei nº 14.133/2021)

O art. 72 da Lei nº 14.133/2021 enumera os documentos que devem instruir o processo de contratação direta. Examinados os autos, verifica-se o atendimento aos seus incisos:

(i) Formalização da demanda, estudo técnico preliminar e termo de referência (inciso I). A demanda foi formalizada em documento próprio, que identifica a unidade requisitante, o objeto, os quantitativos e a justificativa da necessidade. O Estudo Técnico Preliminar foi *motivadamente dispensado, com amparo na expressão "se for o caso" do próprio inciso I e no* regulamento local invocado nos autos (Resolução nº 004/2023), que o dispensa nas contratações em razão do valor. O Termo de Referência descreve o objeto, as especificações, os quantitativos, as condições e o prazo de entrega, as obrigações das partes e os critérios de recebimento, em conformidade com o art. 6º, XXIII.

(ii) Estimativa de despesa (inciso II). A estimativa foi elaborada com base em preços *praticados em contratações públicas similares, obtidos por meio de plataforma de pesquisa, com a* indicação dos órgãos, dos editais, das datas e dos fornecedores de referência, na forma do art. 23, §1º, II, e adotada a média como parâmetro.

(iii) Pareceres (inciso III). Atendido pela presente manifestação.

(iv) Compatibilidade orçamentária (inciso IV). O Setor Contábil indicou a dotação que suportará a despesa: Órgão 01 – Câmara Municipal; 01.031.0001.1002.0000 – Aquisição de Equipamentos para o Poder Legislativo; Classificação Econômica 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente. A classificação em despesa de capital é adequada à natureza permanente dos bens.

(v) Habilitação da contratada (inciso V). *Examinada no item II.6.*

(vi) Razão da escolha do contratado (inciso VI). A escolha decorre da seleção da proposta mais vantajosa entre as recebidas após a divulgação do aviso de dispensa, conforme o item II.5.

(vii) Justificativa de preço (inciso VII). O preço proposto é inferior ao valor estimado com base em contratações públicas similares, o que evidencia sua compatibilidade com os praticados no mercado.

(viii) Autorização da autoridade competente (inciso VIII). A contratação foi autorizada pelo Presidente da Câmara, autoridade competente para tanto, nos termos do Termo de Cooperação Técnica e do Regimento Interno.

II.5 – Da divulgação do aviso e da seleção da proposta

O art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que as contratações dos incisos I e II serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, com a especificação do objeto e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

No caso, a Administração optou por divulgar o aviso de dispensa, com o Termo de Referência, a minuta contratual e os modelos de proposta e declarações como anexos, e publicou-o no Diário Oficial desta Casa, abrindo prazo para o recebimento de propostas. A providência, que a lei qualifica como preferencial, amplia a competitividade e a transparência da contratação direta e confere maior segurança à escolha realizada.

Encerrado o prazo, foi selecionada a proposta da empresa SYRAH COMÉRCIO LTDA, inferior ao valor estimado da contratação, e, na sequência, solicitada à proponente a documentação de habilitação prevista no aviso.

II.6 – Da habilitação da fornecedora

A fornecedora apresentou o ato constitutivo de sociedade limitada unipessoal, devidamente registrado na Junta Comercial, com os documentos de seu administrador; o comprovante de inscrição no CNPJ; as certidões de regularidade perante a Fazenda Nacional, o FGTS, a Justiça do Trabalho e as Fazendas Estadual e Municipal; a certidão negativa de falência e recuperação judicial; atestados de capacidade técnica; e a declaração relativa ao art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

O objeto social da empresa compreende o comércio varejista de equipamentos de informática, de eletrodomésticos e de móveis, compatível com o objeto da contratação, e a

documentação apresentada atende às exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e de qualificação técnica fixadas no aviso, na forma do art. 72, V, e dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

A regularidade deverá ser confirmada na data da assinatura do contrato, com a consulta aos cadastros de sancionados (CEIS e CNEP), nos termos do art. 91, §4º.

II.7 – Da minuta contratual

A minuta de contrato anexa ao aviso contém as cláusulas necessárias do art. 92 da Lei nº 14.133/2021: objeto e seus elementos característicos, vinculação ao Termo de Referência e à proposta, regime de execução e forma de recebimento, preço e condições de pagamento, reajuste, dotação orçamentária, prazos, obrigações das partes, sanções, hipóteses de extinção, fiscalização e foro.

A vigência fixada até 31 de dezembro de 2026 observa a regra de adstrição aos créditos orçamentários do art. 105, e o fornecimento mediante ordens de fornecimento, com prazo de entrega definido, justifica a formalização por termo de contrato, e não por instrumento substitutivo (art. 95). A minuta está apta a ser firmada, com o preenchimento dos dados da contratada e do valor da proposta selecionada.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, sob o prisma estritamente jurídico-formal, opina esta Assessoria Jurídica de modo **FAVORÁVEL** à regularidade do procedimento de Dispensa de Licitação nº 06/2026, fundado no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, e à contratação da empresa SYRAH COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 60.425.466/0001-60, para o fornecimento do objeto, podendo a autoridade competente adjudicar e homologar o resultado e celebrar o contrato, nos termos da minuta aprovada.

É o parecer, que submeto à superior apreciação.

Duque Bacelar/MA, 24 de março de 2026.

José Diêgo Leal Seles
OAB/PI nº 11586
Portaria nº 002/2025
Assessor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

FLS. Nº 115
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

DESPACHO PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL

Acolho o parecer da Assessoria Jurídica.

RATIFICO o procedimento de dispensa n° 06/2026 tendo como objeto Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, nos termos do inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Encaminhe-se para as demais providências legais da aquisição.

Duque Bacelar/MA, 27 de março de 2026

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

FLS. Nº 116
Rubrica

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 04/2026

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 04/2026

REF.: Processo Administrativo nº 013/2026; A Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do Art. 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ademais, concorda com o Parecer Jurídico, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da Dispensa de Licitação, referente à processo de contratação da empresa, JOAO DE DEUS VITURINO, inscrita no CNPJ sob o n° 02.180.583/0001-05, com sede na Rua Chico Rita, 265 - Centro, Duque Bacelar/ MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material de Higiene e Limpeza, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar; VALOR GLOBAL: R$ 29.420,15 (Vinte e nove mil, quatrocentos e vinte reais e quinze centavos). Determino a publicação da presente ratificação no Diário Oficial da Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se. Em 31 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3752-26b1f91a01c901d4c4f998415b9fca7fd3ba9b8b

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 05/2026

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 05/2026

REF.: Processo Administrativo nº 014/2026; A Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do Art. 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ademais, concorda com o Parecer Jurídico, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da Dispensa de Licitação, referente à processo de contratação da empresa, JOAO DE DEUS VITURINO, inscrita no CNPJ sob o n° 02.180.583/0001-05, com sede na Rua Chico Rita, 265 - Centro, Duque Bacelar/ MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de Gêneros Alimentícios, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma; VALOR GLOBAL: R$ 31.922,00 (trina e um mil, novecentos e vinte e dois reais). Determino a publicação da presente ratificação no Diário Oficial da Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se. Em 31 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3752-8f13fd43e0787092f20e3fd323613974fdc86ac9

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 06/2026

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 06/2026

REF.: Processo Administrativo nº 015/2026; A Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do Art. 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ademais, concorda com o Parecer Jurídico, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da Dispensa de Licitação, referente à processo de contratação da empresa, SYRAH COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 60.425.466/0001-60, com sede na Rua São Judas Tadeu, s/n - Loja B - Centro, Duque Bacelar/MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma.; VALOR GLOBAL: R$ 45.043,07 (quarenta e cinco mil quarenta e três reais e sete centavos). Determino a publicação da presente ratificação no Diário Oficial da Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se. Em 27 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3752-5c36027f5e8cfbff771e1aefcec453c46e334e7a

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 09/2026

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 09/2026

REF.: Processo Administrativo nº 020/2026; A Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do Art. 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ademais, concorda com o Parecer Jurídico, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da Dispensa de Licitação, referente à processo de contratação da empresa, SYRAH COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 60.425.466/0001-60, com sede na Rua São Judas Tadeu, s/n - Loja B - Centro, Duque Bacelar/MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material de Expediente de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma; VALOR GLOBAL: R$ 35.965,20 (trinta e cinco mil novecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos). Determino a publicação da presente ratificação no Diário Oficial da Câmara Municipal de Duque Bacelar-Ma, para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se. Em 31 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586

FLS. Nº 117
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 06/2026

REF.: Processo Administrativo nº 015/2026; A Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do Art. 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação, embasado no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ademais, concorda com o Parecer Jurídico, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da Dispensa de Licitação, referente à processo de contratação da empresa, SYRAH COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.425.466/0001-60, com sede na Rua São Judas Tadeu, s/n – Loja B - Centro, Duque Bacelar/MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma.; VALOR GLOBAL: R$ 45.043,07 (quarenta e cinco mil quarenta e três reais e sete centavos). Determino a publicação da presente ratificação no Diário Oficial da Câmara Municipal de Duque Bacelar- Ma, para que produza os efeitos legais. Publique-se e cumpra-se. Em 27 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

FLS. Nº 118
Rubrica

TERMO DE CONTRATO Nº 310301/2026

Processo Administrativo nº 015/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR-MA, ATRAVÉS DA CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRESA SYRAH COMERCIO LTDA.

Por este instrumento particular, o MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR-MA, através da **CÂMARA MUNICIPAL**, situada na Ave. Coronel Rosalino, s/n Centro , DUQUE BACELAR-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa, SYRAH COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 60.425.466/0001-60, com sede na Rua São Judas Tadeu, s/n – Loja B - Centro, Duque Bacelar/MA, neste ato representada por seu representante legal Sr. João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30, doravante denominada **CONTRATADA**, tem, entre si, ajustado o presente CONTRATO, decorrente da Dispensa de Licitação n° 06/2026, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 015/2026, submetendo-se as cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal n° 14.133/2021, em seu art. 75, inciso II.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. **1.1.** O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta;

1.2.3. A Proposta do Contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1. O recebimento dos serviços será feito de acordo com as disposições previstas no Termo de Referência, nos termos do Art. 140 da Lei n° 14.133/2021.

2.2. O objeto do presente contrato administrativo deverá ser executado após o recebimento da ordem de serviço pela Contratada.

2.3. O não cumprimento do disposto no item 7.1 acarretará a aplicação de multa de mora e, a critério da Administração, a extinção unilateral do contrato, com fundamento no art. 162 da Lei n° 14.133/2021.

2.4. A administração rejeitará fundamentadamente, todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o especificado no termo de referência e na proposta, com fundamento no art. 140, § 1°, da Lei n° 14.133/2021.

2.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 3 (três) dias úteis, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, com fundamento no art. 119 da Lei n° 14.133/2021.

2.6. O não cumprimento do disposto no item 7.4 acarretará a aplicação de multa de mora e, a critério da Administração, a extinção unilateral do contrato, com fundamento no art. 162 da Lei n° 14.133/2021.

2.7. O objeto contratado será recebido:

FLS. Nº 119
Rubrica

2.7.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material ou serviço com as exigências contratuais, com fundamento no art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei n° 14.133/2021.
2.7.2. Definitivamente, em até 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, com fundamento no art. 140, inciso II, alínea "b", e § 3° da Lei n° 14.133/2021.
2.8. O setor competente, designado para o acompanhamento do objeto, fará o recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, no termo de referência e na proposta da empresa vencedora, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.
2.9. Assim, foi devidamente especificado os critérios de medição, conforme determina o art. 6°, inciso XXIII, ALÍNEA "G", DA Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - GARANTIA DOS PRODUTOS

3.1. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do produto fornecido, pelo prazo de validade.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela aquisição do objeto do presente instrumento de contrato, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, o valor global de **R$ 45.043,07 (quarenta e cinco mil quarenta e três reais e sete centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QUAN	V. UNIT	V.TOTAL
1	MICROCOMPUTADOR COMPLETO (GABINETE, MONITOR, TECLADO E MOUSE) PROCESSADOR INTEL (R) CORE (TM I5), MÍNIMO 12TH GEN OU INTEL CORE (TM I7), MÍNIMO 10TH GEN OU INTEL CORE (TM I9), MÍNIMO 10TH GEN SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO, 64 BITS. SSD MINIMO 240 GB, MEMORIA RAM MINIMO 8GB. MODELO REFERENCIA DO COMPUTADOR HOMOLOGADO PELA PCMG: DELL OPTIPLEX 7090. MONITOR: MODELOS REFERENCIA DO HOMOLOGADO PELA PCMG: MONITOR DELL 23.8 S2421HN OU LG 23.8 24BH650U (OU SIMILAR COMPATIVEL COM DESKTOP). **Computadores i7 8 gb 256 c/monitor 17, teclado e mouse**	Unid	2	R$ 7.075,00	R$ 14.150,00
2	Ar condicionado Elgin 12000 BBTUs inverter serpentina de cobre	Unid	1	R$ 3.530,02	R$ 3.530,02
3	GELADEIRA REFRIGERADOR - CAPACIDADE MINIMA DE 280 LITROS, VERTICAL, ALIMENTACAO AUTOMATICA BIVOLT 110/220V EFICIENCIA ENERGETICA CATEGORIA A OU B. COR: BRANCA.	Unid	1	R$ 2.870,97	R$ 2.870,97
4	Tv smart 70 polegadas	Unid	1	R$ 5.818,89	R$ 5.818,89
5	Cadeiras com rodízios presidente couro sintético	Unid	9	R$ 799,50	R$ 7.195,50
6	Mesas Biro 1.20 c 2 gavetas	Unid	2	R$ 643,65	R$ 1.287,30
7	armário de aço, pintado, cor cinza, 02 portas, 04 prateleiras, 1,98mx1,04x0,50, 70kg por prateleira, chapa de aço 26.	Unid	2	R$ 1.218,38	R$ 2.436,76

8	Mesa birô em L para escritório	Unid	1	R$ 999,87	R$ 999,87
9	Cadeiras secretaria c/rodízio	Unid	2	R$ 549,15	R$ 1.098,30
10	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK TANQUE DE TINTA COLORIDA, WI-FI DIRECT, ETHERNET, FRENTE E VERSO AUTOMATICO, ADF, BIVOLT, PRETO. - Impressoras jato tinta 3250 ou superior	Unid	2	R$ 1.723,20	R$ 3.446,40
11	MESA EXECUTIVA PARA REUNIÃO - tampa em MDF de 25 mm acabamento: usinado medidas: 200 X 100 X 73mm. mesa MDF 2 m	Unid	1	R$ 1.658,33	R$ 1.658,33
12	FRITADEIRA AIR FRYER: material estrutura: aço inoxidável, potência:1900 KW, tensão alimentação:bivolt,capacidade mínima: 5,0L, Características adicionais: tipo fryer, sem utilizar óleo. MARCA: MONDIAL OU SUPERIOR. **Air Fryer mondial**	Unid	1	R$ 550,73	R$ 550,73
				VALOR TOTAL DA PROPOSTA	**R$ 45.043,07**

4.2. O pagamento será realizado pelo setor competente da Câmara Municipal de Duque Bacelar – MA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a solicitação pela contratada, acompanhada da nota fiscal e dos documentos de regularidade fiscal, desde que respeitada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, com fundamento no art. 141, caput, da Lei n° 14.133/2021.

4.3. O órgão disponibilizará, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, com fundamento no art. 141, § 3°, da Lei n° 14.133/2021.

4.4. A nota fiscal deverá especificar de forma detalhada o objeto executado.

4.5. A nota fiscal que apresentar erro será devolvida para correção e reapresentação, oportunidade em que será reaberta a contagem do prazo previsto no item 8.1.

4.6. O pagamento apenas será efetuado após a especificação liquidação da despesa, conforme previsto no art. 63 da Lei n° 4.320/1964, que terá por base o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do objeto.

4.7. O pagamento apenas será efetuado após a empresa comprovar a manutenção de todas as condições de habilitação exigidas no termo de referência, com fundamento no art. 92, inciso XVI, da Lei n° 14.133/2021.

4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

4.10. Assim, foi devidamente especificado os critérios de pagamento, conforme determina o art. 6°, inciso XXIII, alínea "g", da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA- RECURSOS FINANCEIROS

FLS. Nº 121
Rubrica

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.
5.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
Orgão: 01 – Câmara Municipal
Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

5.3. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da execução do objeto correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. A contratada terá direito ao reajustamento, desde que decorridos 09 (nove) meses da data base vinculada à data do orçamento estimado, conforme previsto no art. 25, § 7°, c/c art. 92, inciso V, da Lei n° 14.133/2021.
6.2. O reajustamento será calculado através da seguinte formula:
6.2.1. O índice de reajuste será o índice de Preços ao consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
6.2.2. A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.
6.2.3. Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:
$R = V \times \frac{I - Io}{}$ = onde:
R – Valor do reajustamento calculado;
V – Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I – Índice (IPCA), correspondente à data base.
6.3. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada.
6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.
6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
6.6. Na ausência de previsão legal quanto ai índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

7.1. Este contrato administrativo terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2026. conforme Termo de Referência e determina Lei n° 14.133/2021.
7.2. Caso o objeto do contrato administrativo não seja exaurido até o final de sua vigência a mesma será automaticamente prorrogada, desde que haja disponibilidade de créditos orçamentários, conforme possibilita o art. 109 c/c art. 105 da Lei n° 14.133/2021.
7.3. O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, conforme dispõe o art. 124, inciso I, da Lei n° 14.133/2021:
7.3.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

FLS. Nº 127
Rubrica

7.3.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

7.4. O contrato poderá ser alterado por acaso entre as partes, conforme dispõe o art. 124, inciso II, da Lei n° 14.133/2021:

7.4.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

7.4.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como modo de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

7.4.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

7.4.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequência incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

7.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o item 7.3, subitem "7.3.1", o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não sendo possível a transfiguração do objeto, conforme dispõe o art. 124 c/c art. 125 da Lei n° 14.133/2021.

7.6. Nas alterações contratuais para supressão, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados, conforme dispõe o art. 129 da Lei n° 14.133/2021.

7.7. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme dispõe o art. 130 da Lei n° 14.133/2021.

7.8. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme dispõe o art. 131, parágrafo único, da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Caberá ao CONTRATANTE além das obrigações previstas no AVISO e no Termo de referência:

8.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s);

8.1.2. Recusar com a devida justificativa qualquer produto fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

8.1.3. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

8.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.

8.2. Caberá à CONTRATADA, além das obrigações previstas no contrato e no Termo de referência:

FLS. Nº 123
Rubrica

8.2.1. Fornecer o objeto do contrato, em conformidade com o Termo de referência, e de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº 14.133/2021;
8.2.2. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista previdenciária, comercial, fiscal, e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a entrega dos serviços objeto do contrato;
8.2.3. Emitir a Nota Fiscal de Fornecimento fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela Contratante, e o lote e número de processo de contratação.

8.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, relacionados com as especificações dos serviços;
8.2.4. Entregar nos locais determinados pelo CONTRATANTE na(s) Ordem(ns) de fornecimento, os produtos objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de execução estabelecido;
8.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;
8.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
8.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;
8.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.
8.2.9. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.2.10. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;
8.2.11. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido no Termo de referência, sem ônus para a CONTRATANTE;
8.2.12. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega dos produtos, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
9.1. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei n° 14.133/2021, referentes ao capítulo "I – Das infrações e Sanções Administrativas".
9.2. O contratado poderá ser penalizado, conforme determina o art. 155 da Lei n° 14.133/2021:
9.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
9.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
9.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
9.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
9.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
9.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
9.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
9.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

FLS. Nº 124
Rubrica

9.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
9.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
9.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
9.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n°12.846, de 1/ de agosto de 2013.
9.3. Poderão ser aplicadas ao contrato as seguintes sanções, conforme determina o art. 156 da Lei n° 14.133/2021:
9.3.1. Advertência;
9.3.2. Multa;
9.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na hipótese da infração mencionada no item 9.2, subitem "9.2.1", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme determina o art. 156, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.
9.6. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações mencionadas no item 9.2 e, a critério da administração, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme determina o art. 156, § 3°, da Lei n° 14.133/2021.
9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses das infrações da Lei n° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme determina o art. 156, § 4°, da Lei n° 14.133/2021.
9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, conforme determina o art. 156, § 7°, da Lei n° 14.133/2021.
9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da persa desse valor, a diferença será descontada a garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme determina o art. 156, § 8°, da Lei n° 14.133/2021.
9.10. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme determina o art. 156, § 9° da Lei n° 14.133/2021.
9.11. Da possibilidade de defesa:
9.11.1. Na aplicação da pena de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme determina o art. 157 da Lei n° 14.133/2021.
9.11.2. Na aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme determina o art. 158 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme determina o art. 117 da Lei n° 14.133/2021.

FLS. Nº 125
Rubrica

10.2. O fiscal do contrato a Sra. **Carolaine Oliveira Almeida**, titular do CPF nº 049.122.423-06, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme determina o art. 117, § 1°, da Lei n° 14.133/2021.

10.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme determina o art. 117, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.

10.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante, conforme determina o art. 120 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. A extinção do presente instrumento de contrato dar-se-á de acordo com os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal n°. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Instrumento é regido pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021, pelos preceitos de direito público, lhe aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULADÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA

14.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coelho Neto- MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

FLS. Nº 126
Rubrica

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na preste ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Duque Bacelar (MA), 31 de março de 2026.

Antonio Fernando Oliveira

CÂMARA MUNICIPAL
CNPJ: 07.740.442/0001-13
Antônio Fernando Oliveira
CPF n° 432.433.123-53

João Francisco Silva dos Santos

SYRAH COMERCIO LTDA
CNPJ n° 60.425.466/0001-60

Testemunhas

01 _____

01 _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
CNPJ: 06.314.439/0001-75

FLS. Nº 127
Rubrica

18/03/2026 10:57:12
USUÁRIO:EMELINE

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 17/2026

AUTENTICAÇÃO:ELR2-PEXS

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que a empresa **SYRAH COMERCIO LTDA**, devidamente Inscrito sob o CNPJ **60.425.466/0001-60**, situada à **RUA SAO JUDAS TADEU, SN LOJA B CENTRO**, encontra-se quites com os tributos municipais. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **16/06/2026.**

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

DUQUE BACELAR-MA, 18/03/2026.

FLS. Nº 128
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 019598/26 **Data da** 25/02/2026 14:27:33

Inscrição Estadual: 129025763 **CPF/CNPJ:** 60425466000160

Razão Social: SYRAH COMERCIO LTDA

Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU, SN LOJA B CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)94204747 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 26/05/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 17/03/2026 19:35:16

FLS. Nº 129
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 043879/26 **Data da** 25/02/2026 14:28:14

Inscrição Estadual: 129025763 **CPF/CNPJ:** 60425466000160

Razão Social: SYRAH COMERCIO LTDA

Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU, SN LOJA B CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (86)94204747 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 26/05/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 17/03/2026 19:34:36

FLS: 130
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SYRAH COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 60.425.466/0001-60
Certidão nº: 16896102/2026
Expedição: 17/03/2026, às 19:32:23
Validade: 13/09/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SYRAH COMERCIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.425.466/0001-60, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FLS. Nº 131
Rubrica

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.425.466/0001-60
Razão Social: SYRAH COMERCIO LTDA
Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU SN LOJA B / CENTRO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/03/2026 a 16/04/2026

Certificação Número: 2026031811516533896704

Informação obtida em 18/03/2026 13:33:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

FLS. Nº 132
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SYRAH COMERCIO LTDA
CNPJ: 60.425.466/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:21:03 do dia 18/03/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/09/2026.
Código de controle da certidão: **DED9.CA6E.0D19.38DC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CAMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 310301/2026

REF.: **Processo Administrativo** nº 015/2026; Dispensa de Licitação nº 06/2026; **OBJETO**: Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 45.043,07 (quarenta e cinco mil quarenta e três reais e sete centavos); **VIGÊNCIA**: 31/03/2026 A 31/12/2026; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 – Câmara Municipal; Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal; Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente; **CONTRATADA**: SYRAH COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 60.425.466/0001-60; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS:** Sr. João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - MA, 31 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

FLS. Nº 134
Rubrica

Identificador: 3913-7583a9b14a6d0fec706d91e30e615b28014b1132

EXTRATO DE CONTRATO Nº 310301/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 310301/2026

REF.: Processo Administrativo nº 015/2026; Dispensa de Licitação nº 06/2026; **OBJETO**: Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma; **AMPARO LEGAL**: Lei Federal n° 14.133/2021, Art. 75, inciso II, e alterações posterior; **VALOR GLOBAL**: R$ 45.043,07 (quarenta e cinco mil quarenta e três reais e sete centavos); **VIGÊNCIA**: 31/03/2026 A 31/12/2026; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Orgão: 01 - Câmara Municipal; Unidade Gestora: 01.01 - Câmara Municipal; Projeto/Atividade: 2001 - Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal; Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente; **CONTRATADA**: SYRAH COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 60.425.466/0001-60; **CONTRATANTE**: Câmara Municipal de Duque Bacelar - Ma; **SIGNATÁRIOS:** Sr. João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30, pela CONTRATADA e Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, pela **CONTRATANTE**. Duque Bacelar - Ma, 31 de março de 2026.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3913-36c235405cbadca3938f8b3ee9ad3815a7a95343

FLS. Nº 135
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

DESPACHO PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL

ORDEM DE FORNECIMENTO

Autorizo a Empresa SYRAH COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 60.425.466/0001-60, com sede na Rua São Judas Tadeu, s/n – Loja B - Centro, Duque Bacelar/MA, para fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, objeto da Dispensa de Licitação nº 06/2026, processo administrativo nº 015/2026.

Duque Bacelar/MA, 31 de março de 2026

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

FLS. Nº 136
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar/MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Processo Administrativo nº 015.2026

Aos três dias do mês de abril de dois mil e vinte cinco, lavrei o presente TERMO DE ENCERRAMENTO deste processo Administrativo para realização de dispensa de licitação e Contratação de empresa especializada em fornecimento de equipamentos mobiliário, eletrodoméstico e informática de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/Ma, que tem como última folha a de nº ....., que corresponde a este termo.

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa